



**STIU-MT** Sindicato dos  
Urbanitários

**SINCR MAT**

Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição  
de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso



**CONVENÇÃO**  
**COLETIVA**  
**DE**  
**TRABALHO**  
**VIGÊNCIA 2003/2004**

**SINCREMAT**

Filiado à FIEMT - Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso  
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4.193 - Fone: (65) 644-3443 Fax: (65) 644-3042 CEP 78055-500 Cuiabá-MT  
CNPJ: 01.695.954/0001-29 - REGISTRO SINDICAL NO M.TRABALHO N.º 46000.004580/01  
E-mail: sincremat@vsp.com.br

**STIU-MT**

Rua Alberto Velho Moreira, 191- Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT CEP 78010-180 Fone/Fax: (65) 624 8989  
CNPJ: 03.915.741/0001-90 - REGISTRO SINDICAL NO M.TRABALHO N.º 46000.009216/00  
E-mail: stiumt@uol.com.br

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2003/2004**



**CONVENENTES: SINDICATO DA CONSTRUÇÃO, GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NO ESTADO DE MATO GROSSO - SINCREMAT e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - STIU-MT.**

Pelo presente instrumento particular de CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, celebram e pactuam entre si, na melhor forma de direito, de um lado o SINDICATO DA CONSTRUÇÃO, GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NO ESTADO DE MATO GROSSO – SINCREMAT - neste ato representado por seu presidente, ao final assinado, aqui denominado simplesmente SINDICATO PATRONAL, e do outro lado, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – STIU-MT, neste ato representado por seu presidente, ao final assinado e devidamente autorizado pela respectiva Assembléia, aqui denominado simplesmente ENTIDADE LABORAL, firmam a presente convenção para o período de 01/05/2003 a 30/04/2004 que reger-se-á pelas normas pertinentes à CLT e mais as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula 1ª - Abrangência**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho - CCT abrangerá todos os trabalhadores nas indústrias da categoria econômica da indústria de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, construções, montagens e instalações de usinas, linhas de transmissão e subestações, redes elétricas, consultoria, fiscalização, controle de qualidade e projetos de engenharia em geral dentro da respectiva base territorial do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – STIU-MT.

**Cláusula 2ª - Vigência e Data Base**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 1º de maio de 2003 para findar em 30 de abril de 2004, fixando-se a data base da categoria em 1º de maio.

**Cláusula 3ª - Reposição Salarial**

Em 1º de maio de 2003 as empresas concederão a todos a todos os trabalhadores das indústrias da categoria econômica econômica da indústria de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, construções, montagens e instalações de usinas, linhas de transmissão e subestações, redes elétricas, telefônicas e instalações de telecomunicações, consultoria, fiscalização, controle de qualidade, projetos de engenharia em geral, indústria de produção de gases industriais, engarrafamento de GLP e transporte e distribuição de gás natural na base territorial do Estado de Mato Grosso, 3,5% (três e meio por cento) sobre o salário de abril de 2003, com vigência a partir de 1º de maio de 2003, à exceção dos trabalhadores que exercem as funções de serventes e ajudantes, cuja a reposição salarial



será de 17,66% (dezesete virgula sessenta e seis por cento) sobre o salário base de abril/2003.

**Parágrafo Único** – O reajuste mencionado dar-se-á de acordo com a data de admissão dos trabalhadores, podendo ser deduzidas as antecipações ocorridas no período, ficando assegurada a livre negociação para os casos não enquadrados nestas disposições.

#### Cláusula 4ª - Piso Salarial

Ficam estabelecidos a partir de 1º de maio/2003, os seguintes salários normativos, a serem pagos mensalmente aos trabalhadores abrangidos pela presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

| Cargo                   | Salário Praticado | Reajuste |           | Salário Reajus | 30% de periculosidade | Total       |
|-------------------------|-------------------|----------|-----------|----------------|-----------------------|-------------|
| a) SERV. E AJUDANTE     | R\$ 205,53        | 17,66%   | R\$ 36,30 | R\$ 241,83     | R\$ 72,55             | R\$ 314,37  |
| b) PROFISSIONAIS        | R\$ 311,13        | 3,50%    | R\$ 10,89 | R\$ 322,02     | R\$ 96,61             | R\$ 418,63  |
| c) ELET MONT C          | R\$ 248,45        | 3,50%    | R\$ 8,70  | R\$ 257,15     | R\$ 77,14             | R\$ 334,29  |
| d) ELET MONT B          | R\$ 314,52        | 3,50%    | R\$ 11,01 | R\$ 325,53     | R\$ 97,66             | R\$ 423,19  |
| e) ELET MONT A          | R\$ 396,90        | 3,50%    | R\$ 13,89 | R\$ 410,79     | R\$ 123,24            | R\$ 534,03  |
| f) ELET DE MANU         | R\$ 318,93        | 3,50%    | R\$ 11,16 | R\$ 330,09     | R\$ 99,03             | R\$ 429,12  |
| g) ELET CABISTA         | R\$ 418,82        | 3,50%    | R\$ 14,66 | R\$ 433,48     | R\$ 130,04            | R\$ 563,52  |
| h) MOTO. MUNCKEIRO      | R\$ 405,25        | 3,50%    | R\$ 14,18 | R\$ 419,43     | R\$ 125,83            | R\$ 545,26  |
| i) ENCARREGADOS         | R\$ 429,93        | 3,50%    | R\$ 15,05 | R\$ 444,98     | R\$ 133,49            | R\$ 578,47  |
| j) OPER. DE USINA I     | R\$ 450,00        | 3,50%    | R\$ 15,75 | R\$ 465,75     | R\$ 139,73            | R\$ 605,48  |
| l) OPER. DE USINA II    | R\$ 581,00        | 3,50%    | R\$ 20,34 | R\$ 601,34     | R\$ 180,40            | R\$ 781,74  |
| m) OPER. USINA III      | R\$ 653,75        | 3,50%    | R\$ 22,88 | R\$ 676,63     | R\$ 202,99            | R\$ 879,62  |
| n) MECÂN. MAN. USINA    | R\$ 871,68        | 3,50%    | R\$ 30,51 | R\$ 902,19     | R\$ 270,66            | R\$1.172,85 |
| o) ENCARG. GERAL. USINA | R\$ 2.500,00      | 3,50%    | R\$ 87,50 | R\$ 2.587,50   | R\$ 776,25            | R\$3.363,75 |

**Parágrafo Primeiro** – São considerados como Ajudantes todos aqueles que exercem atividades auxiliares dos profissionais.

**Parágrafo Segundo** – As empresas são obrigadas a fornecer a todos seus empregados, comprovantes de pagamento com a discriminação das importâncias pagas, descontos efetuados, contendo identificação das mesmas.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas pagarão o adicional de periculosidade, descrito no CAPUT desta cláusula, de acordo com o previsto na clausula 12 desta convenção e no Art. 193 da CLT, ou seja, apenas aos empregados que efetivamente laborarem em atividades ou operações consideradas perigosas.

#### Cláusula 5ª - Salário Substituição

Na substituição temporária, enquanto esta perdurar e desde que não tenha caráter meramente eventual, considerando-se como tal aquele igual ou superior a 30 (trinta) dias consecutivos, o empregado que substitua outro na sua integralidade fará jus ao salário contratual do empregado substituído, excluindo os cargos de chefia e as vantagens pessoais inerentes ao cargo.

#### Cláusula 6ª - Adiantamentos Quinzenais

As empresas se comprometem a efetuar adiantamento aos trabalhadores, quando comprovada a real necessidade no valor de até 40% (quarenta por cento) do salário base mensal, cujo adiantamento deverá ser efetuado até o vigésimo dia após a data prevista em lei para pagamento do salário anterior.



### **Cláusula 7ª - Fechamento Antecipado do Cartão Ponto**

Com a finalidade de permitir a realização do pagamento dos salários dentro dos prazos legais, ou mesmo antes, quando for o caso, as empresas poderão efetuar o fechamento do cartão ponto antes do final do mês.

### **Cláusula 8ª - Compensações de Horários**

É facultada às empresas a compensação do horário de trabalho, inclusive do dia do sábado, assegurada a percepção de horas extraordinárias se ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ressalvado o disposto no acordo coletivo de trabalho acerca do Banco de Horas.

**Parágrafo Único** - Ficam garantidas as horas normais de trabalho a todos os empregados que, tendo comparecido ao local de trabalho, e sejam impedidos de trabalhar, por motivo de força maior, chuva, quebra de equipamentos, ordem superiores etc.

### **Cláusula 9ª - Banco de Horas**

As empresas poderão firmar com seus empregados regime de compensação de horas trabalhadas – BANCO DE HORAS, de que trata o artigo 6º, da Lei n.º 9.601/98, mediante Acordo Coletivo de Trabalho com a Entidade Laboral.

### **Cláusula 10 - Trabalho aos Domingos e Feriados**

Excepcionalmente, no caso de necessidade imperiosa do serviço, para fazer face a motivos de força maior, seja para atender a realização ou conclusão de serviços inadiáveis, cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, em que haja necessidade de trabalho nos domingos e feriados, a hora de serviço será remunerada em 100% (cem por cento) sobre a hora normal, devendo a empresa observar os dispositivos legais a respeito.

### **Cláusula 11 - Contrato por Prazo Determinado**

As empresas poderão firmar com seus empregados contrato de trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei n.º 9.601/98, regulamentada pelo Decreto Executivo n.º 2.490, de 4 de fevereiro de 1998.

**Parágrafo Único** – As empresas se comprometem enviar cópia do contrato de trabalho para a Entidade Laboral.

### **Cláusula 12 - Insalubridade e Periculosidade**

As empresas se comprometem a buscar a eliminação das condições de insalubridade e periculosidade a que por ventura estejam submetidos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção.

**Parágrafo Único** – Os Trabalhadores que executam suas atividades em redes energizadas de alta tensão, linhas de distribuição e transmissão, terão direito ao adicional de periculosidade na base de 30% (trinta por cento) sobre o salário.

### **Cláusula 13 - CIPAS**

As empresas deverão comunicar a Entidade Laboral com 30 (trinta) dias de antecedência, a data da realização da eleição e, ainda, comunicar até 30 dias após o pleito, os nomes dos empregados eleitos membros da CIPA.

### **Cláusula 14 - Uniformes e EPI's**

As empresas ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, uniformes e equipamentos de proteção individual, obedecidas as quantidades e condições, de acordo com a vida útil do material ou equipamentos de trabalho.



**Parágrafo Único** - No primeiro dia de trabalho de produção ou manutenção, o empregado receberá treinamento da empresa para uso do EPI (equipamento de proteção individual), bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção de acidentes desenvolvidos na empresa.

#### **Cláusula 15 - Danos Materiais**

Em caso de dano material causado ao empregador, por dolo ou culpa do empregado, o respectivo valor será descontado do empregado, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** – O desconto de que trata o CAPUT, será efetuado em parcelas que não poderão ultrapassar 10% da remuneração do empregado.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de rescisão, o saldo remanescente será descontado na mesma.

**Parágrafo Terceiro** – Após ocorrido o acidente, a empresa deverá informar o Sindicato Laboral para, caso queira, verificar a existência de culpa ou dolo por parte do empregado.

#### **Cláusula 16 - Atestado Médico e Odontológico**

Para justificativa da ausência ao serviço, por motivo de doença, as empresas que não tiverem serviço médico e odontológico próprio aceitarão como válidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelo INSS, SUS, SESI, de médico a serviço de repartição federal, estadual ou municipal, incumbidas de assuntos de higiene ou de saúde pública. Não existindo estes na localidade em que o empregado trabalhar, serão aceitos os atestados fornecidos por médicos de sua escolha.

#### **Cláusula 17 - Atendimento de Primeiros Socorros**

Durante a jornada de trabalho, as empresas deverão estar equipadas com o material necessário a prestação de primeiros socorros, levando-se em conta as características da atividade desenvolvida. O material de primeiros socorros deverá estar no local onde está sendo desenvolvido o trabalho, sob responsabilidade de pessoas treinadas para a prestação dos mesmos.

#### **Cláusula 18 - Comunicação aos Familiares do Empregado Acidentado**

As empresas ficam obrigadas a transportar, com urgência, para locais apropriados, o empregado, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram durante o trabalho ou decorrência deste.

#### **Cláusula 19 - Seguro de Vida em Grupo**

Caso as empresas representadas venham a oferecer seguro de vida em grupo aos respectivos empregados, estes pagarão 40% (quarenta por cento) dos valores do custeio, devendo a empresa pagar a diferença.

#### **Cláusula 20 - Atestado de Afastamento e Salários - AAS**

As empresas deverão preencher o AAS quando notificadas pelo empregado ou pela Entidade Sindical, para obtenção de benefícios junto ao INSS, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação.

#### **Cláusula 21 - Treinamento de Empregado Acidentado**

As empresas se comprometem a dar treinamento adequado aos seus empregados que venham a sofrer redução de sua capacidade laborativa em caso de acidentes de trabalho,



com o objetivo de readaptá-los funcionalmente nessa ou em outra atividade, exceto nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez.

#### **Cláusula 22 - Contrato de Experiência**

Fica convencionado que o contrato de experiência terá duração de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

**Parágrafo Único** – Os contratos de experiência serão suspensos durante a concessão de benefícios previdenciários, complementando-se os prazos previstos nos referidos contratos somente após a cessação do benefício.

#### **Cláusula 23 - Prioridade na Contratação**

As empresas abrangidas pela presente Convenção se comprometem à priorizar a contratação da mão-de-obra local, exceto nos casos de especialização e transferências.

**Parágrafo Único** – O empregado que já tenha sido contratado fora do domicílio de trabalho e que tenha tido sua passagem de ida paga pela empresa, terá garantido ao término do contrato, retorno ao seu local de origem, assim como o transporte de mudança, quando for o caso, exceto quando o empregado for dispensado por justa causa ou pedido de demissão.

#### **Cláusula 24 - Movimento de Admissão e Demissão**

Quando solicitado pela Entidade Laboral, as empresas deverão fornecer a relação mensal dos empregados admitidos e demitidos.

#### **Cláusula 25 - Refeitórios e Vestiários**

As empresas que fornecerem refeições no local de trabalho devem manter dependências especiais, limpas e adequadas, com mesas, assentos, aquecedores de marmitas e bebedouros, assim como local para banho e trocas de roupa, observando-se a separação de sexos.

**Parágrafo Único** – Aos empregados das empresas que não possuem refeitório e nem fornecimento de marmitas e que seja impossível fazer refeições em suas residências, será garantido o fornecimento de vale-refeição, no mínimo de 01 (um) por dia.

#### **Cláusula 26 - Lanches**

Aos empregados que, por motivo de necessidade dos serviços, tiverem que permanecer no local de trabalho após a jornada diária normal, mais que 2 (duas) horas, será garantido o fornecimento de lanches pela empresa, gratuitamente.

#### **Cláusula 27 – Auxílio Funeral**

Em caso de falecimento do empregado, as empresas pagarão auxílio funeral diretamente ao beneficiário legal, mediante comprovação desta condição, no valor de 01 (um) salário normativo, para o empregado que tenha até um ano de serviços prestados na empresa, e 02 (dois) salários normativos, quando este tiver mais de 01 (um) ano de serviços prestados na empresa.



### **Cláusula 28 - Homologação das Rescisões de Contrato**

Os empregados que contarem com mais de 01 (um) ano de serviço, terão suas rescisões contratuais homologadas pela Entidade Laboral e/ou suas Delegacias Sindicais Laborais.

**Parágrafo Primeiro** - Na hipótese de não existir na localidade da rescisão do contrato de trabalho, nenhuma entidade sindical laboral, sindicatos, FETIEMT ou qualquer delegacia sindical laboral, as homologações serão prestadas pelo representante do Ministério Público, Defensor Público, e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz (Art. 477, 3º da CLT).

**Parágrafo Segundo** - São documentos imprescindíveis para a homologação de rescisão de contrato de trabalho:

- I. O Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, em 04 vias;
- II. A Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente atualizada;
- III. O registro de empregados, em livro, ficha, ou cópia dos dados obrigatórios do registro de empregados, quando informatizado, nos termos da Portaria MTPS nº 3.626/91;
- IV. O comprovante do aviso prévio, se tiver sido dado, ou pedido de demissão, quando for o caso;
- V. A cópia do acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa, se houver;
- VI. As duas últimas guias de recolhimento - GR, do FGTS, ou extrato bimestral atualizado da conta vinculada;
- VII. A comunicação de dispensa - CD, para fins de habilitação do Seguro-Desemprego, na hipótese de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- VIII. O requerimento do Seguro-Desemprego, na hipótese já mencionada no item anterior;
- IX. Apresentação da guia de recolhimento da multa rescisória - GRR, comprovando o recolhimento do FGTS do mês anterior; do mês da rescisão e da multa de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS junto ao banco depositário, quando esta for de vida.

### **Cláusula 29 - Quadro de Aviso**

As empresas permitirão a fixação, em seus quadros de avisos, de matérias de interesse da categoria, vedada, porém, a divulgação de material político-partidário ou ofensivo a quem quer que seja.

### **Cláusula 30 - Visita de Diretores da Entidade Laboral**

A Entidade Laboral, dentro de sua base territorial, desejando manter contato com os trabalhadores ou com os dirigentes das empresas abrangidas pela presente Convenção, serão atendidos por um representante patronal, designado para tal fim, que receberá e avaliará os assuntos a serem tratados, dando encaminhamento e respostas aos mesmos.

### **Cláusula 31 - Dirigentes Sindicais**

As empresas que tiverem em seus quadros funcionais membros da Diretoria e Conselho Fiscal da Entidade Laboral, bem como Representantes Sindicais, garantirão a esses, sem prejuízo de seus vencimentos, a dispensa para participação em assembléias e treinamentos devidamente comprovadas, com prazo de duração máxima de 1 (um) dia, desde que devidamente solicitado pela Entidade Laboral com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.



### **Cláusula 32 - Contribuição Assistencial Laboral**

As empresas, respeitando a autonomia sindical e as deliberações internas da categoria, descontarão de todos os seus empregados, em junho/2003, inclusive, a título de Contribuição Assistencial, em favor da Entidade Laboral, os valores definidos em Assembléia Geral Extraordinária, conforme acórdão publicado no Diário Oficial em 10/08/2001, referente ao processo STF-2ª Turma – RE 189960-3.

**Parágrafo Primeiro** – 1/30 (um trinta avos) do salário base de maio de 2003.

**Parágrafo Segundo** – O desconto referido no Parágrafo Primeiro estará condicionado a não oposição do empregado, manifestada desde a data da assinatura do presente Acordo até 30 dias após a sua assinatura.

**Parágrafo Terceiro** – Os valores correspondentes aos descontos aqui disciplinados serão repassados ao Sindicato dos Urbanitários obedecendo o prazo fixado na Cláusula 33 - Repasse Financeiro ao Sindicato. O descumprimento do prazo de repasse implicará na multa de 2% (dois por cento) ao mês, sobre o valor descontado dos empregados, a cargo da empresa, sem prejuízo da correção monetária e demais cominações legais.

**Parágrafo Quarto** – Serão excluídos do desconto da contribuição assistencial apenas os empregados que se opuserem ao desconto e encaminharem carta escrita, assinada de próprio punho, à secretaria da Entidade Laboral, no prazo previsto no Parágrafo Segundo.

**Parágrafo Quinto** – Não terá qualquer efeito para fim de exclusão do referido desconto assistencial as cartas elaboradas pelas empresas com o intuito de desobrigar os trabalhadores ao referido desconto.

### **Cláusula 33 – Repasse Financeiro ao Sindicato**

As empresas efetuarão os descontos da mensalidade sindical e outros, desde que devidamente autorizados pelos empregados, repassando-os até o 2º dia após o efetivo desconto na folha de pagamento.

### **Cláusula 34 - Obrigatoriedade/Novas Empresas**

As empresas que vierem a se instalar na base territorial dos Sindicatos convenentes, em exercício temporário ou permanente, durante a vigência da presente Convenção, estarão obrigadas ao cumprimento de todas as normas ora disciplinadas.

### **Cláusula 35 - Reuniões Semestrais**

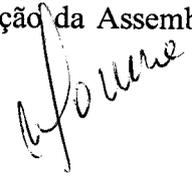
O SINCREMAT se compromete a manter reuniões semestrais com a Entidade Laboral signatária desta Convenção, para tratar de assuntos gerais relativos aos empregados, desde que expressamente solicitada por uma das partes.

### **Cláusula 36 - Multa**

Fica acordada entre as partes, multa equivalente a 01 (um) salário normativo da categoria, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas nesta convenção, em favor da parte prejudicada.

### **Cláusula 37 – Renegociação da Convenção Coletiva de Trabalho**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção, ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação da Assembléia Geral das



categorias representadas pelas Entidades Convenentes, podendo para tanto serem constituídas comissões paritárias compostas de, no máximo, 5 (cinco) membros de cada parte.

### Cláusula 38 - Foro Competente

As controvérsias que porventura possam advir da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão dirimidas perante a Vara De Trabalho de Cuiabá-MT.

### Cláusula 39 – Das Assinaturas

Por representar o presente instrumento a expressão da vontade das partes, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 03 (três) vias de igual teor, sendo uma via para cada parte e uma para depósito na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego – DRTE/MT do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cuiabá-MT, 20 de maio de 2003.

## SINDICATO DA CONSTRUÇÃO, GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NO ESTADO DE MATO GROSSO – SINCREMAT

JOSÉ ANTÔNIO DE MESQUITA  
Presidente

## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

EDNILSON DA COSTA NAVARROS  
Diretor Presidente

Registrado sob nº 71/03  
L. nº 90  
Livro nº 15  
DIRTE/MT SRT-CP 22/05/03  
Mauricio Lopes da Silva  
Chefe da Seção de Relações  
do Trabalho - Substituto  
DRT - MT